

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0010-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.103222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.

Luciana Pavowski Franco Silvestre


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

LEGISLAÇÃO SOBRE TERRORISMO E FORMAS DE CONCURSO DE AGENTES NO BRASIL

Felipe Justo José Dessoy Caraballo

Dhyelson Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223031>


CAPÍTULO 2..... 18

NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA O EMPREGO DO POLICIAMENTO MONTADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Diogo Buarque Pereira

Joao Carlos Salvador de Lima Santos


Livia Carolina de Souza Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223032>

CAPÍTULO 3..... 33

PCH: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA URBANA E REGIONAL

Paulo Ormino de Azevedo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223033>

CAPÍTULO 4..... 52

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E FRAGILIDADES DO POTENCIAL GERMINATIVO DA CIDADANIA FEMININA

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Roberta Rodrigues Trierweiler


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223034>

CAPÍTULO 5..... 63

LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Gizele Cristina Carvalho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223035>


CAPÍTULO 6..... 76







ANÁLISIS FODA MUNICIPAL COMO HERRAMIENTA Y ESTRATEGIA CONTRA LA POBREZA: ESTUDIO DE CASO SAN ANDRÉS HUAYÁPAM, OAXACA, MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Soledad Nuñez Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223036>

CAPÍTULO 7.....	86
A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL ABRANGENDO A VIOLÊNCIA AUTO INFLIGIDA NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA	
Marialda Esmanhotto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223037	
CAPÍTULO 8.....	93
NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL	
Mariana Hasen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223038	
CAPÍTULO 9.....	103
O DIREITO A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	
Débora Santos Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223039	
CAPÍTULO 10.....	113
EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO MESTRADO EM GESTÃO E DIREÇÃO HOTELEIRA - ESTM	
Ana Sofia Viana	
Sónia Pais	
Ana Elisa Sousa	
Michael Schon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230310	
CAPÍTULO 11.....	131
DESEMPENHO ESCOLAR E GASTO PÚBLICO MUNICIPAL EM EDUCAÇÃO: AS EVIDÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Italo Fittipaldi	
Débora Evelyn Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230311	
CAPÍTULO 12.....	153
GARANTISMO E LEGALISMO: UM ESTUDO SOBRE MODELOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Ana Flávia Silva Marques de Menezes	
Ana Cristina do Nascimento Peres Albernaz	
Ana Maria Soares Freitas Pereira Leal	
Ana Célia de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230312	
CAPÍTULO 13.....	165
AS GEOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL SOBRE O MUNICÍPIO DE MARABÁ, PARÁ	
Marley Trajano Lima	

João Donizete Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230313>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	179
ÍNDICE REMISSIVO.....	180

NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA O EMPREGO DO POLICIAMENTO MONTADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Data de aceite: 01/03/2022

Diogo Buarque Pereira

<http://lattes.cnpq.br/3981737395342589>

Joao Carlos Salvador de Lima Santos

Livia Carolina de Souza Dantas

<http://lattes.cnpq.br/9595925504740992>

<https://orcid.org/0000-0002-4952-744X>

RESUMO: A doutrina existente e as diretrizes sobre o tema balizam as ações das tropas montadas da Polícia Militar de Alagoas, capitaneada pelo Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I e pelo Pelotão Montado do 3º Batalhão. Na busca por solucionar o problema ora pesquisado, que trata do aprimoramento na prestação de serviço a partir do emprego do policiamento ostensivo montado, apontamos como hipótese a necessidade de revisão de suas diretrizes legais. O objetivo foi analisar as normatizações atuais para o emprego do Policiamento Montado na Polícia Militar do Estado de Alagoas, no cenário contemporâneo de segurança pública. A utilização de cavalos treinados para prover segurança pública certamente foi o condão da nossa pesquisa, tudo isso ajustado à realidade do cenário local. Para tanto, recorreremos à metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, com a realização de revisão narrativa da literatura existente acerca do tema e, ainda, análise da estrutura administrativa e operacional da corporação frente ao emprego ordinário do Policiamento Montado.

Instrumentalizada por meio da pesquisa do tipo descritiva observacional transversal, com aplicação de questionário, foi possível apurar algumas considerações, as quais se vislumbram, de antemão, seriam de significativo ganho para a Polícia Militar de Alagoas, uma vez que mitigaria eventuais insucessos, com garantia de eficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Policiamento Montado; Cavalaria; Policia Militar.

ABSTRACT: Existing doctrine and guidelines on the subject guide the actions of the mounted troops of the Military Police of Alagoas, led by the Dom Pedro I Mounted Police Regiment and by the Mounted Platoon of the 3rd Battalion. In the search to solve the problem researched, which deals with the improvement in the provision of service from the use of ostensible policing, we point out as a hypothesis the need to review its legal guidelines. The objective was to analyze the current regulations for the use of Mounted Policing in the Military Police of the State of Alagoas, in the contemporary scenario of public security. The use of trained horses to provide public security was certainly the essence of our research, all adjusted to the reality of the local scenario. To this end, we resorted to qualitative and quantitative research methodology, carrying out a narrative review of the existing literature on the subject and, also, analyzing the administrative and operational structure of the corporation in the face of the ordinary use of Mounted Policing. Instrumentalized through cross-sectional observational descriptive research, with the application of a questionnaire, it was possible to determine some considerations, which, in

advance, would be of significant gain for the Military Police of Alagoas, since it would mitigate any failures, with guarantee of efficiency.

KEYWORDS: Mounted Policing; Cavalry; Military police.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, o Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I (RPMon), sediado na capital do estado de Alagoas, Maceió, e o Pelotão Montado do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), sediado no município de Arapiraca/AL, são os responsáveis pela aplicação das diretrizes do policiamento que se utiliza dos cavalos como forma de deslocamento na prática do policiamento ostensivo montado (POMon).

Esse processo de policiamento é amplamente utilizado na Polícia Militar de Alagoas e, por vezes, até requisitado por autoridades e população em geral, frente à credibilidade conquistada e aos benefícios que alcança no cotidiano de sua atuação, seja na pronta resposta aos atos de desordem pública, seja como medida notadamente eficaz de prevenção à criminalidade. Assim, merece especial atenção a fim de manter seu vigor operacional, conforme nos recorda a canção da cavalaria —[...] Arma de tradição que o peito embala / Cujas histórias é de luz e de fulgor [...]ll.

Os manuais e recomendações sobre a atuação do policial militar nas unidades especializadas — no que se refere ao emprego do policiamento montado — e a origem das unidades de cavalaria datam de períodos distintos, tendo seu regramento técnico submetido a períodos de implantação e desenvolvimento. Assim, a constante análise e exame de novas tecnologias pressupõem uma melhor capacidade de resposta e de consciência situacional no emprego do policiamento em diversos cenários (PMAL, 2014).

Utilizar-se de cavalos treinados com a finalidade de executar policiamento, em todas as suas circunstâncias, exige muita responsabilidade e conhecimento técnico por parte dos operadores. A arte policial militar de conduzir cavalos com fim de empreender no campo da segurança pública exige por demais responsabilidade, destemor e afinidade com as técnicas policiais equestres (POLICASTRO, 1995).

Mormente, esta é uma atividade de policiamento fortemente atrelada às técnicas e doutrinas próprias, corroboradas em manuais, apostilas e procedimentos operacionais padrão ora em vigência na Corporação. E ainda, subsidiariamente, com base em doutrinas de outras corporações coirmãs, que labutam igualmente na seara do policiamento montado, tudo com o objetivo do aprimoramento paulatino adequado à realidade da PMAL.

É possível observar que os operadores do policiamento montado em Alagoas, especialmente os instrutores, já possuem fortemente massificadas as técnicas e doutrinas coligidas ao longo dos anos a nível nacional, conferindo à PMAL uma salutar envergadura técnica nessa área, restando o dever de acuidade com a doutrina própria para o emprego da tropa montada.

A Polícia Militar de Alagoas (PMAL) utiliza-se de normativas técnicas desde suas raízes, para cumprir sua missão de manter a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio, em obediência às leis (BRASIL, 1988). Ao longo de quase dois séculos de criação da PMAL, apesar de avanços na produção de conteúdos técnico-científico, há que se destacar que ainda se mostram incipientes em várias vertentes de sua atuação.

A normatização hoje existente na Corporação baseia-se no Procedimento Operacional Padrão disponibilizado na Central de Acesso aos sistemas da PMAL; além da doutrina disseminada por ocasião do Curso de Policiamento Montado (CPMon), já consolidado no rol de cursos ofertados pela PMAL, arcabouço importante que deve ser amplamente observado, no que pese a necessidade de revisão e aprimoramento constante (ALAGOAS, 2009; ALAGOAS, 2014).

Assim, as unidades com tropas hipomóveis exercem primordial influência em manter vivos esses procedimentos voltados ao serviço de policiamento montado, pela importância de se encontrar mecanismos que aumentem a eficiência da tropa montada na segurança pública, e viabilizando melhorias no seu emprego, provendo os meios adequados de trabalho para o policial que exerce a atividade fim (MONÇÃO, 2019).

Ressaltando o emprego operacional no policiamento do cotidiano, e com base nos manuais e doutrinas sobre a atuação do policial militar nas unidades especializadas, no que se refere ao emprego do policiamento montado, surge a necessidade de revisão das diretrizes para o prestância desse policiamento, visando o aprimoramento e resultados benéficos desse serviço.

Esta pesquisa teve por objetivo principal analisar as normas e diretrizes do emprego do policiamento montado a partir da sua revisão teórica, bem como através de investigação por meio de questionário.

Para tanto foi realizado uma pesquisa do tipo descritiva observacional transversal. Esse método de estudo permite ao pesquisador aplicar um questionário em um determinado grupo de participantes sem intervenção direta nos resultados que surgirão. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa será qualitativa e quantitativa, pois será realizada uma breve revisão narrativa e documental da literatura existente acerca do tema, e ainda análise da estrutura administrativa e operacional da corporação frente ao emprego ordinário do Policiamento Montado, através de um questionário estruturado, criado pelos pesquisadores, que traz informações acerca do perfil dos participantes, bem como do nível de conhecimento acerca do tema proposto.

Foi utilizado o *Google Acadêmico* como plataforma de busca da literatura, que são os artigos, teses e dissertações nele encontrados. Documentos de outras Corporações coirmãs e plataformas de pesquisa na área de ciências humanas foram também utilizados para a produção científica deste trabalho.

Após aprovação do Comando Geral da PMAL, conforme processo SEI E:01206.0000026340/2021, os participantes foram contatados via *WhatsApp* e receberam

o link do questionário *on-line* para resolução das questões. Na primeira seção consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após aceitá-lo, o participante teve acesso à segunda seção de pesquisa para responder ao questionário propriamente dito.

Como critério de inclusão foram elegíveis todos os policiais militares que atuam no policiamento ostensivo montado atualmente ou que atuaram nos últimos 5 (cinco) anos. A lista de possíveis participantes foi extraída da plataforma Intranet de Recursos Humanos, disponível na PMAL.

Para o questionário online, foi utilizada a plataforma *Google Forms*. O questionário foi composto por nove perguntas objetivas e uma pergunta subjetiva.

A análise das respostas objetivas foi feita através do programa da Microsoft Office Excel 2010, que apresentou o resultado de frequência, média, desvio padrão e caracterização amostral. Já a questão aberta foi transcritas *ipsis litteris* até a saturação das análises dos dados. Essa amostra foi composta por conveniência, em razão da especificidade dos participantes da pesquisa, conforme relatado acima, assim, todos os demais policiais militares estarão excluídos da amostra.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Aspectos legais e conceituais

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado de forma a dar uma seqüência lógica às referências bibliográficas que servirão de base para o artigo científico. Assim, iniciaremos esta parte teórica, apresentando o conceito fundamental de policiamento montado, a considerar o que define Goiás (2020), conforme segue:

[...] o Policiamento Montado é a modalidade de policiamento ostensivo que utiliza o cavalo como meio de locomoção, conferindo grande mobilidade, visibilidade privilegiada, rapidez de ação e aplicabilidade nos mais diversos tipos de terreno (GOIÁS, 2020, p. 63).

Ainda segundo o mesmo autor, é tratado acerca do policiamento montado da seguinte forma:

[...] Com foco na redução dos índices de criminalidade através do patrulhamento ostensivo/preventivo e/ou reativo/repressivo, conforme as exigências da missão, a Cavalaria atua no recobrimento de zonas quentes de criminalidade. Além disso, pode ser empregado de maneira extraordinária na integração da Polícia Militar com a sociedade local pelo fascínio natural das pessoas em relação ao cavalo (GOIÁS, 2020, p. 63).

O legislador, ao editar a Constituição Federal de 1988, tendo como fundamento basilar a democracia legítima e a garantia dos direitos sociais a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, impunha a todos a segurança como elemento fundamental da vida em sociedade no país, dentre outros de igual destaque (BRASIL, 2007).

As polícias militares, insculpidas expressamente no texto constitucional, são encarregadas das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. Com dignidade constitucional, essa atividade tão essencial compreende dimensão ampla, abrangendo todas as fases da atividade policial na qual o homem que a executa, isoladamente ou em tropa, é identificado de relance, quer pelo uniforme, quer pelo equipamento ou viatura (ALAGOAS, 2014).

Em uma pesquisa sobre o trabalho policial e a saúde mental, Spode e Merlo (2006) afirmaram que o trabalho policial ocupa um território de controvérsias, onde se produz uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade de modo amplo. Discorrendo que o *policial trabalhador*, cuja função é conter a violência, ao passo que corre o risco de reproduzi-la, pode ser vítima dela, como consequência própria da natureza de seu trabalho.

Nesse ínterim, verifica-se que o ofício policial carece de constante atualização e rotineiros treinamentos, além de doutrina sólida sistematicamente empregada no exercício da atividade fim. Ainda segundo Spode e Merlo (2006), os policiais militares são uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes, logo se percebe a real necessidade de mitigar erros e riscos.

Segundo Policastro (1995), em seu Manual de Tropa Montada,

A missão da Polícia Militar é a execução do Policiamento Preventivo Ostensivo Fardado, ou seja, deve evitar a ocorrência do crime através de uma presença ostensiva nas ruas, inibindo a ação dos delinquentes. Portanto, quanto mais visível for a polícia à população tanto menor será a probabilidade de acontecerem os ilícitos penais e, conseqüentemente, maior a sensação de segurança (POLICASTRO, 1995, p. 35).

Assim, nessa linha de raciocínio, de acordo com Policastro (1995):

[...] segundo esse enfoque, ao se comparar as diversas modalidades de policiamento, verificar-se-á que a tropa montada se constitui numa das mais eficazes, uma vez não existir nada mais ostensivo do que um policial a cavalo, seja pelo porte físico avantajado do animal, seja pela posição elevada e de destaque em que se situa o seu cavaleiro, ou, ainda, pelo contraste produzido por sua estranha presença em meio à agitação de carros e pessoas dos grandes centros urbanos (POLICASTRO, 1995, p. 36).

Dentre as diversas diretorias, comandos de policiamento, batalhões e companhias independentes, com suas seções e subseções, imbuídas da missão constitucional da Polícia Militar, destacaram aquelas sabidamente conhecidas como Unidades Especializadas, cuja finalidade é potencializar e prover maior grau de efetividade às ações policiais ordinariamente desempenhadas pelas demais Unidades que compõem o orgânico da PMAL, com especial atenção às atividades das tropas montadas.

O Regimento de Polícia Montada Dom Pedro I foi criado no ano de 1991, conforme Decreto Estadual nº 35.005, de 07 de agosto de 1991, sendo que na época era denominado Esquadrão de Polícia Montada. Inicialmente teve como sede as instalações do Parque de

Exposição José da Silva Nogueira (Pecuária), situado na Av. Siqueira Campos, s/nº, no bairro do Trapiche. Hoje possui suas instalações localizadas na Av. Prefeito Joatas Malta de Alencar, s/nº, Chã da Jaqueira.

O Pelotão Montado Maj. QOV PM José Vieira Bezerra, pertencente a 2ª Companhia do 3º BPM, foi criado em 03 de abril de 2014, pelo então Comandante TC QOC PM Thulio Roberto Emery dos Santos, sediado no Município de Arapiraca.

Segundo Vieira (2021), quando trata das operações de choque montado — forma de atuação da tropa hipo — diversos fatores devem ser levados em consideração, e poderá ser empregado preventivamente e repressivamente em eventos especiais e de caráter extraordinário, em situações de manifestações sociais ou políticas.

Notadamente, o policiamento montado oferece algumas características bastante peculiares, como grande economia de efetivo, capacidade de patrulhar grandes áreas, mobilidade e flexibilidade, poder de choque e efeito psicológico capaz de dissuadir grandes aglomerados, sobretudo em situações mais complexas de perturbação da ordem pública (BAHIA, 2018).

Na realidade atual da PMAL, sua área de atuação, para o desempenho da missão principal, é todo o território do Estado, valendo-se, para isto, dos recursos humanos e logísticos disponíveis. Ao desígnio de evitar eventual ociosidade, e desde que não ocorram situações que exijam o seu emprego extraordinário (manifestações, greves, ocupação de terras, etc.), e tampouco prejudiquem os treinamentos necessários, conforme Minas Gerais (2013) as tropas hipo executam missões ordinárias, cotidianas e de policiamento ostensivo geral, com a observância de procedimentos operacionais básicos, antes, durante e após o serviço, tanto na região metropolitana quanto no interior.

Nesse norte se faz necessária a capacitação do efetivo policial militar, seguindo as doutrinas mais atualizadas à disposição desse processo de policiamento, bem como com a utilização das técnicas e equipamentos mais adequados, como é examinado amiúde neste trabalho.

Como resultado de um esforço institucional embrionário, veio à tona, em meados do ano de 2009, os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), no âmbito da Polícia Militar de Alagoas, seguindo os critérios técnicos previstos em Manuais de outras coirmãs, com destaque para as Polícias Militares dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, elaborados pelo corpo de oficiais da PMAL, com a colaboração de todos os integrantes da Instituição (ALAGOAS, 2009).

Segundo Alagoas (2009), são documentos que descrevem, sistematicamente, como uma ação profissional específica, integrante de uma das etapas de um processo produtivo qualquer, deve ser executada, tendo por objetivo a adoção de estratégias para minimizar as margens de erros e melhorar a prestação de serviços.

2.2 O policiamento montado

Historicamente ligado à atividade de controle de distúrbios e na garantia da Lei e da Ordem, o policial a cavalo passou a desenvolver, em maior parte do tempo, um trabalho de caráter rotineiro e eminentemente preventivo. Essas funções têm origem no preparo técnico-profissional, decorrente de qualificação e capacitação constante (BARBOSA, 2019).

O binômio homem-cavalo já está solidamente adaptado ao panorama moderno de segurança pública, numa demonstração clara que perfaz, alinhado o tradicional e o moderno. Ora, observamos a importância do emprego operacional do Policiamento Montado nas atuais estratégias de segurança pública com foco na prevenção aos delitos, na redução dos índices de criminalidade.

Neste trabalho buscamos compreender, a partir da busca de dados sobre o tema, os conceitos estruturais atrelados à análise situacional dos aspectos que influem na formação ou manutenção de certas estruturas que impactam, consideravelmente, os resultados que se apresentam. Neste contexto, assim como, em se tratando do processo de policiamento montado, toda a dinâmica social, ambiental e histórica, devem ser consideradas para entender a consciência situacional que se apresenta no cenário contemporâneo.

O local de atuação relaciona-se diretamente com o conhecimento dos aspectos físicos do terreno e das características da localidade no cumprimento da missão, além do conhecimento dos aspectos sociais de determinado povo, que, aliados ao preparo policial militar, hão de cancelar o melhor desempenho operacional.

Pautado nas técnicas específicas, tem-se atualmente, na realidade da PMAL, o *Procedimento Operacional Padrão – 508: Patrulhamento Montado*, bem como o *Manual de Técnica de Policiamento Montado*, como balizadores daquilo que for pertinente à técnica e tática policial militar básica, abordagem, busca e procedimentos policiais no policiamento montado (ALAGOAS, 2009; ALAGOAS, 2014).

2.2.1 O Policiamento Montado como agente de Segurança Pública

Na esteira das características do policiamento ostensivo — a saber: identificação, ação pública, totalidade, dinâmica, legalidade e ação de presença —, destacamos que o emprego do policiamento a cavalo, com iguais características, potencializa, sobremaneira, a utilização dos recursos. Nesse trabalho, observamos que o Policiamento Montado possui potencial tático-estratégico no planejamento e na execução do Policiamento Ostensivo (MONÇÃO, 2019).

Sabemos que a tropa a cavalo pode ser destinada, basicamente, ao policiamento ostensivo/preventivo e ao policiamento de choque; atuando dessa forma nas mais diversas circunstâncias, como policiamento ostensivo em bairros residenciais da capital e região metropolitana, praças desportivas, orla marítima, eventos artísticos, além de outras missões especiais ou extraordinárias.

De maneira especial, a característica basilar do policiamento a cavalo é o homem montado sobre o solípede, e para consecução dessa tarefa devemos observar as condições necessárias, sem os quais o emprego da tropa montada restaria fadado ao insucesso. Assim, conforme a lição de Alagoas (2014), quando trata do Regimento de Polícia Montada e demais Unidades que operam com policiamento montado, devem se observar, distintamente, a especialização, o treinamento, a seleção e os equipamentos operacionais específicos, que precedem o emprego na tropa no terreno. Ademais, as unidades devem prover, adotando todas as medidas, tempestivamente, as condições mínimas necessárias ao apoio técnico e logístico.

Com excelente campo de visão, ao tempo em que é percebida a relativa distância, a tropa montada é capaz de atuar num grande raio de ação, mesmo circunscrita ao trânsito e agitação dos grandes centros urbanos, espaços em que animais já não são utilizados como meio de transporte, fato que faz o policial montado causar grande impacto e visibilidade, geradores de ostensividade do policiamento. Nessa seara, observamos que o policiamento montado pode agir com razoável tranquilidade nas areias de praia, na grama de um parque, em calçadas e acessos onde o policiamento motorizado não alcança, ou nas grandes avenidas, além da capacidade de transpor obstáculos, como canteiros e passeio público. Essa flexibilidade garante grande vantagem para a eficiência do policiamento e a manutenção da ordem pública nos mais diversos ambientes (POLICASTRO, 1995).

Como é possível perceber, trata-se de um ramo da atividade policial extremamente especializado, logo confere às Unidades de Cavalaria grande responsabilidade, a fim de bem desenvolver suas missões, fazer frente ao seu custo operacional e evitar a ociosidade. Contudo, devem concentrar esforços para manter seus efetivos devidamente treinados e preparados para a perfeita execução do Policiamento Montado (MONÇÃO, 2019).

Seja nas ações de manutenção da ordem pública, notadamente em áreas urbanas populacionalmente densas, a Cavalaria Policial Militar é, indubitavelmente, um grande fator para a otimização das atividades operacionais a cargo da Polícia Montada. É que o homem procurou sempre aumentar a potência dos seus esforços e, para isso, desde suas primeiras lutas, buscava um comandamento, uma posição pujante, que lhe auferisse uma posição vantajosa sobre o mesmo, o que foi conseguido pela utilização de uma plataforma, de cima da qual o combatente dominava (MONÇÃO, 2019).

Segundo Alagoas (2014), o policiamento montado é classificado como um processo, no qual o cavalo é o meio de locomoção, ferramenta amplamente utilizada na maioria dos países, frente a sua reconhecida vantagem e ao grande poder que representa diante do ser humano.

Desta forma, ainda na lição de Alagoas (2014), entendemos que é de suma importância fomentar o treinamento específico ao homem e ao cavalo empregados no Policiamento Ostensivo no processo montado.

2.3 Resultados e discussão

A amostra foi composta por 89 participantes de ambos os sexos, que trabalham ou trabalharam em uma das duas unidades do Policiamento Montado na Polícia Militar de Alagoas.

Na tabela seguinte será apresentada a caracterização da amostra. Quanto ao sexo dos participantes, 71 são do sexo masculino e 18 do sexo feminino. Ainda quanto ao sexo, percebe-se que o percentual encontrado é semelhante, estatisticamente, àquele observado no quadro de efetivo total da PMAL, aproximadamente 80% de homens e 20% de mulheres. A idade média dos participantes é de 37,1 anos com desvio padrão de $\pm 7,25$, levando em consideração que a idade média na PMAL é 38,4 anos, não observamos diferença estatisticamente relevante para esse quesito.

Já sobre o nível de escolaridade, todos os participantes possuem, no mínimo, o nível médio completo. Dessa forma, suprimimos da tabela a descrição de nível fundamental e médio incompleto. Com destaque para o maior percentual anotado, no qual registramos o nível superior completo (34,8%).

Quanto à função desempenhada durante o patrulhamento montado, mais de 38% dos participantes exercem a função de comandantes de guarnição, cõnscio que o papel dessa e das demais funções dos componentes de uma guarnição policial militar é variável, a depender da configuração funcional dos profissionais nela engajados, pelo critério de antiguidade e precedência hierárquica, de forma que, majoritariamente os participantes apontaram com precisão a opção que corresponde aquilo que ele executa geralmente. Ao passo que, ainda quanto à função desempenhada, 5,61% dos participantes relatam que não sabem informar qual função exercem, geralmente.

Variáveis	Valores
Idade (anos)	37,14 ($\pm 7,25$)
Sexo	
Masculino	71 (79,7%)
Feminino	18 (20,2%)
Escolaridade	
Médio completo	22 (24,7%)
Graduação completa	31 (34,8%)
Graduação Incompleta	15 (16,8%)
Pós-graduação Completa	17 (19,1%)
Pós-graduação Incompleta	
Função	4 (4,4%)
Comando	34 (38,2%)
Guarda Cavalos	9 (10,1%)

Revista	28 (31,4%)
Segurança	13 (14,6%)
Não sabe informar	5 (5,61%)
Já fez ou tem interesse em fazer curso de aperfeiçoamento na área de Policiamento Ostensivo Montado	
Sim	66 (74,1%)
Não	23 (25,8%)

As variáveis categóricas estão expressas em números (percentuais) e as variáveis contínuas estão expressas em média (\pm desvio-padrão).

Tabela 1 - Caracterização da amostra.

Fonte: o autor com dados da pesquisa, 2021.

Como visto no Gráfico 1, abaixo representado, no quesito curso de aperfeiçoamento na área de policiamento montado, mais de 74% dos participantes afirmaram que já fizeram ou que têm interesse na especialização. Em contraponto, 25,8% relatam que não fizeram e que não têm interesse.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA- POMon

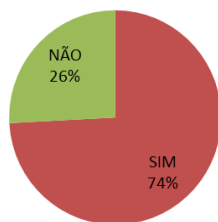


Gráfico 1 – Respostas frente ao questionamento sobre já ter participado ou ter interesse em participar de Curso de Especialização – Maceió – 2021

Fonte: o autor com dados da pesquisa, 2021.

No que diz respeito aos dados acerca da atividade fim do policial de cavalaria, a Tabela 2 traz as informações obtidas a partir do questionário confeccionado por esses autores. Quanto ao tempo que exerce ou exerceu a atividade de policiamento montado, 21% não ultrapassaram um ano de atividade. As maiores porcentagens, 43% e 22%, possuem até cinco anos e mais de oito anos, respectivamente.

Na indagação sobre o conhecimento acerca das normas e técnicas voltadas ao policiamento montado, 62,9% relataram que as conhecem, em oposição a 17,9%, que responderam que conhece pouco ou que conhece totalmente. Ao responderem sobre a presença das normas e técnicas no cotidiano de sua Unidade hipomóvel, antes, durante

e após o serviço de policiamento montado, 52,8% afirmaram que quase sempre essas normas estão presentes. Responderam que nunca estão presentes um total de 40,4% dos participantes e 6,7% disseram que raramente as normas e técnicas estão presentes no cotidiano de suas unidades. Quanto à existência de rotinas e/ou processos de trabalho adequados para garantir a segurança e a eficiente aplicação das diretrizes (normas e técnicas) utilizadas no policiamento montado, a maioria dos participantes, cerca de 80%, afirmou que existe. Aproximadamente 12,3% disseram que não existe e 5,6% garantem que não sabem informar.

Variáveis	Valores
Tempo que exerce ou exerceu a função	
Até 01 ano	19 (21,3%)
Até 05 anos	38(42,9%)
Até 08 anos	12(13,4%)
Mais de 08 anos	20 (22,4%)
Conhecimento sobre as normas e técnicas referentes ao Policiamento Montado	
Não conheço	1 (1,12%)
Conheço pouco	16 (17,9%)
Conheço	56 (62,9%)
Conheço totalmente	16 (17,9%)
Normas e técnicas em Policiamento Montado estão presentes no cotidiano?	
Raramente	06 (38,2%)
Quase sempre	47 (10,1%)
Nunca	36 (31,4%)
Rotinas e/ou processos de trabalho estão adequados para garantir a segurança e a eficiência	
Sim	73 (82,0%)
Não	11 (12,3%)
Não sabe informar	05 (5,7%)

Tabela 2 – Apresentação dos dados específicos ao que diz respeito à atuação do profissional de Polícia Montada

Fonte: o autor com dados da pesquisa, 2021.

Ao ser indagado quanto ao grau de satisfação na Organização Policial Militar que serve (ou serviu), voltada ao Policiamento Ostensivo Montado, aqueles que se sentem insatisfeitos ou pouco satisfeitos correspondem a 24,6%. Os participantes que se sentem satisfeitos somam 57,3%, e aqueles totalmente satisfeitos são 17,9%, como apresentado no Gráfico 2.

GRAU DE SATISFAÇÃO

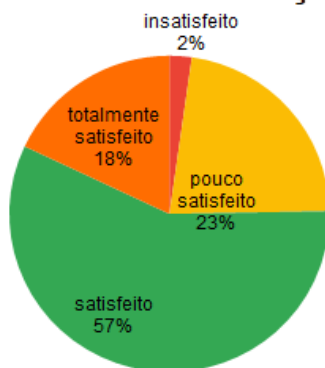


Gráfico 2 – Respostas frente ao questionamento quanto ao grau de satisfação na Organização Policial Militar que serve (ou serviu) voltada ao Policiamento Ostensivo Montado – Maceió – 2021

Fonte: o autor com dados da pesquisa, 2021.

No escopo de avaliar se existe uma correlação ou dependência entre os fatores que subjucados interferem no conhecimento das normas e doutrinas do policiamento montado, passamos a inferir algumas correlações.

Na análise quanto ao grau de satisfação do policial, e tendo em vista o ineditismo da nossa pesquisa, os autores encontraram dificuldades para selecionar, na literatura, pesquisas análogas, a fim de subsidiar uma ampla discussão dos resultados. Entretanto, a ausência destes não inviabiliza os registros aqui encontrados, permitindo assim o surgimento de novas pesquisas acerca do tema.

A Tabela 3 apresenta a correlação entre o Tempo de serviço e conhecimento das Normas e ainda entre Tempo de serviço e grau de satisfação. Pode-se observar que existe uma correlação forte e positiva em ambas as análises, sugerindo que quanto maior o tempo de serviço, maior o nível de conhecimento e satisfação, respectivamente. Por se tratar de uma correlação positiva, e dada a análise dos resultados individuais refinados em planilha estatística, afirma-se, também, que o inverso do que trata o anteriormente citado também é verdade, de modo que quanto menor o tempo de serviço, menor o grau de conhecimento e satisfação.

Correlação	Coefficiente de Correlação	Magnitude
Tempo de serviço e conhecimento das Normas	0,89	Forte
Tempo de serviço e grau de satisfação	0,85	Forte

Devido à natureza não paramétrica da amostra foi utilizada a correlação de Spearman.

Tabela 3 – Correlações entre os desfechos primários

Fonte: o autor com dados da pesquisa, 2021.

Através da análise de Bardin, 2011 que consiste em uma técnica metodológica que pode ser aplicada em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, por meio da saturação dos dados por frequência, passamos a analisar as respostas da indagação subjetiva, na qual o participante emite sua opinião sobre fatores que prejudicam a execução satisfatória do Policiamento Montado e ainda pode tecer sugestões de melhorias.

Assim, conseguimos inferir que dentre os fatores que prejudicam a execução satisfatória do Policiamento Montado, observou-se a prevalência do serviço de Guarda das Cavalariças, atrelado ao sentimento de desvalorização e balizando a necessidade de terceirização desse serviço ou outros mecanismos que não a utilização de policiais militares. Seguido por fatores ligados às dificuldades na condução de alguns equinos que atuam no policiamento e à fragilidade de treinamentos físicos para os policiais e para os equinos. Foram observadas, também, respostas ligadas à falta de conhecimento do Procedimento Operacional Padrão, precariedade de alojamentos e falta de instrução de tiro a cavalo. Registramos, ainda, nas respostas, certa insatisfação relacionada à escala de serviço e à escassez de utensílios de uso veterinário.

De modo geral, e de caráter perene em significativa parcela das respostas, tem-se o serviço de guarda das cavalariças como sendo fator preponderante para o comprometimento do grau de satisfação.

Assim, de acordo com Santos e Moreira, 2011:

Diante destes fatos, é importante avaliar o emprego de policiais militares no serviço de cavalariças, uma vez que estes não foram formados para esta função. E a atividade para o qual foram formados está carente de pessoal, além de ser extremamente importante para a segurança da população (SANTOS e MOREIRA, 2011, p. 22).

Como uma das medidas para potencializar o policiamento ostensivo montado, segundo Santos e Moreira (2011), a questão dos custos de contratação de pessoal também representa vantagem em relação ao emprego do policial militar para a função de cavaleiro — guarda das cavalariças — tornando-se menos onerosa em relação à utilização dos policiais, seja no RPMon, seja no Pelotão Montado do 3º BPM.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da escassez de publicações e manuais disponíveis acerca do tema, foi possível observar, a partir desta pesquisa, que as normas e doutrinas aplicáveis ao Policiamento Montado estão em razoável consonância com aquelas praticadas pelas Corporações coirmãs igualmente dedicadas a essa temática. Constatamos ainda, que a maioria dos estados brasileiros possui, em suas Polícias Militares, unidades de tropa montada, entretanto, pouco se observa de doutrina escrita, cientificamente registrada, no que diz respeito ao emprego do processo montado.

As normas atuais datam de períodos superiores a 06 (seis) anos de suas publicações, sugerindo a necessidade de atualização, com vistas ao melhoramento dos processos e rotinas nas unidades de cavalaria em Alagoas. Ora, ratificamos que o aparelhamento normativo já existente se encontra em plena aplicabilidade, e possui o condão técnico apto a conferir o melhor desempenho por parte de seus operadores mais atentos.

Ponderamos, porém, que para tornar essa doutrina ainda mais longeva, faz-se necessário o cuidado em melhor avaliar se a matéria está sendo aplicada satisfatoriamente e o zelo em tornar as publicações a ela inerentes mais atuais, de forma a modernizar, adequadamente, frente às novas realidades que se impõem, como preenchimento de Boletim de Ocorrência em sistema próprio, aplicativos de consulta de pessoas e veículos, ferramentas que auxiliam na apuração criminosa, modernização de equipamentos de transporte equino e de tropa, armas e munições de menor potencial ofensivo, dentre outras atualizações mais refinadas, portanto, capazes de serem catalogadas, registradas e normatizadas.

A partir da análise dos dados obtidos por meio desta pesquisa permitiu-se concluir que o tempo de serviço, o conhecimento das normas e técnicas e o grau de satisfação dos participantes são fatores que permeiam a necessidade do aprofundamento ora sugerido, bem como a maior divulgação das normas técnicas e doutrinas, potencializado pelo treinamento do contingente envolvido no processo de policiamento montado.

Todo esforço no sentido de fomentar os cursos de especialização, como o Curso de Policiamento Montado, Curso de Choque Montado e outros ofertados por corporações coirmãs ou forças armadas, além das instruções de manutenção nas unidades de cavalaria, como forma de manter vivo o espírito da doutrina, em face da rotatividade de policiais militares, é de fundamental importância para mitigar a falta de conhecimento relatada por alguns participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Polícia Militar de. **Procedimentos Operacionais Padrão - 508 Patrulhamento Montado**. PMAL, 2009.

ALAGOAS, Polícia Militar de. **Manual de Técnicas de Policiamento Montado**. PMAL, 2014.

BARBOSA, Luan Rodrigues. **Aplicação da tropa hipomóvel frente a modernização da atividade de segurança pública**. Rio de Janeiro; EsEqEx, 2019.

BAHIA, Polícia Militar de. **Manual Básico de Abordagem Policial**. Governo do Estado. Salvador, 2018, p. 113-118.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. GOIÁS, Polícia Militar de. **Doutrina do Regimento de Cavalaria**. PMGO, 2020.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Policamento Montado**. Manual Técnico Profissional N° 3.04.09/2013-CG. Caderno Doutrinário 9. Academia de Polícia Militar. Belo Horizonte, 2013.

MONÇÃO, Rafael Vieira. **A Experiência da Tropa Montada da Polícia Militar do Distrito Federal no Contexto das Grandes Manifestações**. Escola de Equitação do Exército. Rio de Janeiro. 2019.

POLICASTRO, Alberto Nubie. **Manual de Tropa Montada**. SÃO PAULO, 1995.

VIEIRA, Diego H. B.. **A instituição de diretrizes para o emprego da tropa montada em situações de manutenção e perturbação da ordem pública no Estado de Alagoas**. Academia de Polícia Militar. Maceió, 2021.

SANTOS, R. V.P; MOREIRA, A. J. S. **Ampliação Do Policiamento Ostensivo Montado Da PMRN**: retirada dos policiais do serviço de cavalaria. Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Rev Psicologia: Reflexão e Crítica**. n 19. Vol 3. p. 362-370. Porto alegre. 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 86, 87, 89, 92

Agente 2, 3, 10, 24, 104, 158, 161

Assistente social 86, 109, 110, 112, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163, 164

B

Bolsa Família 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62

Brasil 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 133, 135, 136, 147, 149, 150, 155, 158, 160, 163, 164, 166, 171, 172, 177

C

Cavalaria 12, 18, 19, 21, 25, 27, 31, 32

Cidadania 52, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 103, 104, 105, 106, 107, 153, 158, 159, 160, 163, 179

D

Desempenho escolar 109, 110, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Direitos 21, 42, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 69, 70, 73, 87, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 179

Docente supervisor 93, 95, 98, 102

E

Educação 21, 39, 40, 42, 43, 45, 50, 55, 59, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Empregabilidade 113, 114, 115, 117, 118, 125, 127, 128

Ensino superior 113, 115, 116, 117, 119, 121, 128, 130, 155, 156, 172

Escuta qualificada 86, 91

Estratégias 4, 23, 24, 61, 65, 68, 76, 90, 91, 104, 111, 164, 166

F

Feminina 52, 53, 57, 58, 60

Frente de prejudicados 63

G

Gasto público municipal em educação 131, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 152

Geotecnologia 165, 166, 167, 168, 170, 173, 174

Governo Militar 33, 36

Grandes projetos urbanos 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74

I

Indicadores de pobreza 76

Instrumentalidade 153, 154, 157, 158, 164

Iphan 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

L

Legislação 1, 9, 38, 105, 116

Lei 13.260/16 1, 10

Lo institucional 93

Lo personal 93, 94, 97

Lo relacional 93

Lutas sociais 63, 66, 69, 72, 73, 74, 104, 105, 110

M

Mestrado 1, 62, 74, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 179

Modelagem quantílica de dados em painel 131

P

Pesquisa qualitativa 18, 165, 167

Policiamento montado 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Polícia Militar 18, 22

Políticas Públicas 53, 62, 73, 74, 75, 86, 91, 103, 105, 107, 131, 149, 150, 154, 179

Professores de Geografia 165

R

Recursos humanos 21, 23, 78, 113, 116, 120, 126, 128

S

Serviço Social 52, 62, 63, 71, 74, 75, 86, 87, 91, 93, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 153, 157, 160, 162, 163, 164, 179

Supervisión académica 93, 94, 96, 98, 99

T

Terrorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17

V

Violência auto infligida 86, 87, 89, 90, 91

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

